



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

2984/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do  
candidato:

A N A S O F I A S E Q U E I R A M E S Q U I T A

M A R Q U E S

CANDIDATURA A:

Carreira TÉCNICO SUPERIOR

Categoria TÉCNICO SUPERIOR

Área de actividade ENGENHARIA CIVIL

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Fase de admissão / exclusão do concurso (1ª fase)

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Exmos. Senhores, membros do Júri do presente procedimento concursal,

Tendo sido notificada da ata de admissões e exclusões da 1ª fase do Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto

de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (Logístas), conforme mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, não posso conformar-me com a mesma e por isso venho, em sede de audiência prévia, e nos termos do

artigo 121.º do CPA, apresentar a minha pronúncia.

A minha exclusão assenta no seguinte ponto: "Não detentor da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida", com a qual não posso concordar pelos motivos abaixo enumerados.

1) Conforme anúncio, ponto 1, o tipo de concurso em nada indica ser necessário ser detentor da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e refere a inexistência de reserva de recrutamento e inexistência de candidatos em regime de requalificação;

2) No ponto 7.4 do anúncio, é referido que: "Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no

mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento, de acordo com o disposto na alínea f), n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 8 de abril."

3) Assim, pode-se concluir que não podem ser admitidos candidatos já detentores de relação jurídica...

4) Não obstante, os métodos de seleção, conforme ponto 10.1 do anúncio, são: a prova de conhecimentos (PC) ou a Avaliação Curricular (AC) como único método obrigatório consoante os casos (remetendo para os n.ºs 1 e 2 do artigo 36º da LTFP em que o n.º 1 se refere aos métodos de seleção obrigatórios e o n.º 2 ao recrutamento de candidatos integrados na carreira).

Neste caso, caso se tratasse de um procedimento de contratação de pessoa com relação jurídica previamente estabelecida teria como método de seleção obrigatório unicamente a Avaliação Curricular.

5) O ponto 16.2 refere a questão da igualdade de valoração, remetendo a escolha, nos casos, o artigo 36º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, em que se dá preferência a trabalhadores com relação em funções públicas.



6) Em nenhum ponto do anúncio, é exigida como condição de admissão, a existência de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Por todas as razões apresentadas, solicito alteração da ata e a minha consequente admissão nesta fase do concurso.

Ana Sofia Sequeira Mesquita Marques

## Deferimento

4

[illegible]

Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública  
Rua de Xabregas n.º 44 · 1949-017 Lisboa · PORTUGAL  
Tel. (+351) 218 618 000 · Fax (+351) 218 618 099  
[www.sspsp.pt](http://www.sspsp.pt) · [rh@sspsp.pt](mailto:rh@sspsp.pt)



## EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

### CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Aviso nº 2984/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

### IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

J O S É P E D R O M A R C H A N T E C O E L H O

### CANDIDATURA A:

Carreira Técnico Superior

Categoria Técnico Superior

Área de actividade Administração e Finanças

### FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Apreciação de Candidaturas

### ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

No âmbito da audiência prévia à apreciação das candidaturas do procedimento concursal comum do Aviso nº 2984/2016, venho por este meio apresentar a minha reclamação pelo facto de ter sido excluído do procedimento de forma irregular. Conforme menciona a ata enviada, foi analisada a conformidade das candidaturas com os pontos 9.3 e 9.4 do procedimento. Sendo que relativamente ao indicado no ponto 9.3 a minha candidatura se encontrava completa. Quanto ao ponto 9.4, da sua leitura conclui-se que este apenas seria aplicável aos candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público. Não obrigando ao seu cumprimento os restantes candidatos nem tão pouco impedindo a participação a quem não possuísse a mencionada relação jurídica de emprego público. Verifica-se ainda que em nenhum dos pontos do procedimento é mencionada a necessidade de o candidato ser titular de uma relação jurídica de emprego público. Caindo assim o referido fundamento legal alegado para a exclusão. Assim, a minha exclusão do procedimento é extemporânea por não se encontrar legalmente fundamentada e como tal deverá ser alterada a proposta de exclusão para "Candidato Admitido - Por cumprir os requisitos gerais de admissão".

José Pedro Marchante Coelho 07/04/2016

1917

1917

1917

1917

1917

1917

1917



**DECISÃO DO JÚRI**

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

**Fundamentação da decisão**

**O Júri**

**Em:**

